

SOCIEDADE PARTICIPATIVA: UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O PAÍS

Omar Jorge SABBAG³

João Oswaldo Rodrigues NUNES⁴

Resumo: O modelo atual de desenvolvimento econômico é fundamentado na eficácia e nenhum crescimento ilimitado. Uma das alternativas é o processo de gestão ambiental, que algumas empresas realizam preventivamente em todo o processo produtivo, evitando impactos sobre o meio ambiente; entretanto, uma responsabilidade social tem se tornado um dos temas debatidos e propagados dentro da gestão empresarial, em que o próprio conceito é complexo e dinâmico, exigindo reflexos sobre o tema em questão. O envolvimento da comunidade é de grande importância, uma vez que se acredita que para que ocorra crescimento econômico sustentável, deve haver o bem estar social da população associado a uma atitude de responsabilidade social por parte dos empreendedores. Os indivíduos precisam ser ativos, possuírem consciência e liberdade de expressão. Com estas qualidades, faz-se necessário o instrumento que possibilite o reconhecimento dos valores: uma educação, que através da publicidade, gerará uma conscientização, correspondendo verdadeiramente aos valores ambientais em sua ética.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; ética; cidadania.

Resumen: El modelo actual de desarrollo económico es fundamentado en la eficacia y ningún crecimiento ilimitado. Una de las alternativas es el proceso de gestión ambiental, que algunas empresas realizan preventivamente en todo el proceso productivo, evitando impactos sobre el medio ambiente; sin embargo, una

³ Engenheiro Agrônomo e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP – Presidente Prudente/SP. E-mail: ojsabbag@hotmail.com

⁴ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia em Geografia – UNESP – Presidente Prudente/SP.

responsabilidad social tiene se convertido un de los temas debatidos y propagados dentro de la gestión empresarial, en que el propio concepto es complejo y dinámico, exigiendo reflejos sobre el tema en cuestión. La implicación de la comunidad es de gran importancia, una vez que se cree que para que ocurra crecimiento económico sustentable, debe haber el bienestar social de la población asociado a una actitud de responsabilidad social por parte de los emprendedores. Los individuos necesitan ser activos, posean conciencia y libertad de expresión. Con estas calidades, se hace necesario el instrumento que posibilite el reconocimiento de los valores: una educación, que a través de la publicidad, generará una concienciación, correspondiendo verdaderamente a los valores ambientales en su ética.

Palabras-clave: desarrollo sustentable; ética; ciudadanía.

1. INTRODUÇÃO

Podemos observar que o modelo ocidental de desenvolvimento econômico, fundamentado na eficácia e no crescimento ilimitado, é falho e contraditório, pois a maior parte da humanidade não apresenta as mínimas condições básicas materiais para sua subsistência. A constatação da falha é traduzida na pobreza, somada às condições de vida em um processo de degradação ambiental e social.

As enormes carências e desigualdades sociais existentes em nosso país mostram a enorme responsabilidade social que não somente as administrações públicas, mas também os empresários têm em relação a esta questão. A sociedade brasileira espera que as empresas cumpram um novo papel no processo de desenvolvimento social, sendo agentes de uma nova cultura, como atores de mudança social, bem como construtores de uma sociedade melhor.

Uma das alternativas é o processo de gestão ambiental que algumas empresas realizam preventivamente em todo o processo produtivo, evitando impactos sobre o meio ambiente por meio de um conjunto de ações, que incluem controle de emissões de efluentes líquidos,

sólidos e gasosos, redução do consumo de recursos naturais, reciclagem de resíduos, reutilização de materiais, programas de conscientização sócio-ambiental dos funcionários e fornecedores através de novos relacionamentos com a comunidade.

O interesse das empresas nas negociações de normas de caráter internacional significa uma resposta às demandas sociais de preservação e de redução dos impactos ambientais provocados pela atividade industrial. Cabe notar que o reconhecimento por parte de clientes e dos consumidores em geral, de que a empresa opera dentro de critérios internacionalmente aprovados, possui, indiscutivelmente, um apelo de marketing, que justifica o primeiro impulso para adequar às demandas sociais (Pires do Rio, 1996).

A responsabilidade social tem se tornado um dos temas debatidos e propagados dentro da gestão empresarial, em que o próprio conceito é complexo e dinâmico, exigindo reflexões sobre o tema em questão, como por exemplo, qual seria a responsabilidades das empresas diante dos problemas sociais e ambientais que a sociedade enfrenta?

No desempenho operacional das empresas, a temática ambiental traduz em racionalização nos processos operacionais, aumentando a eco-eficiência (melhor alocação dos recursos, matérias-primas, recursos naturais, energia).

Entretanto, o envolvimento da comunidade é de grande importância, uma vez que se acredita que para que ocorra crescimento econômico sustentável, um de seus pilares é o bem estar social da população associado a uma atitude de responsabilidade social por parte da comunidade empreendedora, ou seja, a ação empreendedora e inovadora deve permear não apenas os projetos com busca em lucros financeiros, mas também naqueles de alcance social.

Para tanto, os indivíduos precisam ser ativos, possuir consciência e liberdade de expressão. Com estas qualidades, faz-se necessário o instrumento que possibilite o reconhecimento dos valores: a educação, que através da informação, gerará a

conscientização, correspondendo verdadeiramente aos valores ambientais em sua ética. Este tópico será discutido a seguir.

2. CRISE E TRANSFORMAÇÃO: PERCEPÇÃO E LIMITES

Atualmente, pode-se perceber uma inversão de valores, ao compararmos os gastos com as guerras existentes e a crise de fome em muitos países. Acreditava-se que o desenvolvimento tecnológico seria extremamente benéfico à humanidade. Entretanto, observamos que ocorre exatamente o oposto – armas e energia nucleares são perigosas, a poluição atmosférica proveniente das indústrias torna um grande risco para a saúde – enfim, está cada vez maior a destruição de nossos ecossistemas, de nossas vidas.

Por outro lado, nas últimas décadas, algumas das principais transformações que têm afetado o mundo seriam a consolidação dos mecanismos de mercado, no âmbito econômico, e a consolidação da democracia, no âmbito político. Entretanto, mercado e democracia são as bases sobre as quais se edificam as novas sociedades, mas que não foram suficientes para garantir o crescimento sustentado nem para reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

O crescimento é um processo quantitativo, uma condição necessária, mas nem sempre suficiente para o desenvolvimento qualitativo, em que deva inserir um processo harmonioso e dinâmico de transformações estruturais, que incluam as dimensões econômico-sociais, políticas e culturais ao longo do tempo.

Ao compararmos as civilizações já existentes em nosso planeta, observamos que a crise social e ambiental em si deve ser vista por uma “percepção dinâmica” - uma transformação, o que se torna fundamental para o desenvolvimento das próprias civilizações; uma vez que a desintegração e a falta de flexibilidade de mudança desencadeiam a ruptura social: o desequilíbrio.

Um dos maiores desafios é a redução da pobreza e das desigualdades. No caso da pobreza, já existem estudos que indicam a combinação de ações que podem atuar positivamente. São ações que

oferecem oportunidades de acesso ao capital físico (crédito, terra), humano (educação, treinamento) e social (o papel das associações e organizações da sociedade que fortalecem política, social e economicamente os segmentos pobres), como apontam Székely & Hilgert (1999).

Para alcançarmos um processo contínuo de desenvolvimento sustentável, devemos reconhecer os fatos que apontam as crises; para isso, todos os segmentos da sociedade devem participar, afim de que seja possível conhecer as diversas percepções dos problemas.

Neste aspecto, a consciência ambiental surgirá quando houver equilíbrio do conhecimento racional com o intuitivo. Verificamos que nossa tecnologia e desenvolvimento foram meramente racionais, o que implica como resultados um alto grau de emergência; como exemplo, o desenvolvimento de indústrias sem atentar ao controle eficaz de poluentes expelidos na atmosfera.

A ética é fundamental para que possamos compreender as crises existentes na humanidade. Esta vai além da moral, constituindo o conjunto de valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, em sua dimensão: "a ética tem preocupações práticas e se orienta pelo desejo de unir o saber ao fazer, demonstrando uma interação dialética entre a reflexão interior e a ação exterior" (Chauí, 1995).

O conhecimento científico é de extrema importância para identificar os diversos problemas; contudo, não é suficiente, devendo se juntar à ética e sabedoria para formular metas, vontade social para atingi-las e a maturidade de julgamento para percebê-las (Proops, 1997).

Relembra-se assim que não apenas Ciência, Tecnologia e Inovação são importantes no processo de desenvolvimento, mas, sobretudo, reafirma-se a centralidade do ser humano e de sua travessia, individual e coletiva, por este mundo.

3. ÉTICA E SUSTENTABILIDADE

O próprio desenvolvimento material faz com que não dependamos uns dos outros: há uma autonomia por parte da ciência e do progresso; em consequência disso, há uma nova sociedade solitária e carente afetivamente. Tudo isso é resultado do crescimento e do desenvolvimento econômico – uma “sociedade de competição” (Lama, 2000).

Com a modernização presente em nossa sociedade, não devemos deixar de ter a bondade e a valorização dos direitos humanos, assim como reconhecer que não podemos maltratar nosso ambiente, o que já mostra um sinal de esperança, porque temos a educação e a total consciência das ações antrópicas.

Entretanto, os aspectos negativos de nossa sociedade – como as drogas e a violência – não ocorrem por falta de conhecimento, mas sim por falta de ética, de nossa valorização interior, o que faz com que a satisfação seja alcançada apenas pelo ganho material (limitação de nossos sentidos).

A pergunta ética – que fazer?, diz que os aspectos éticos das relações entre a sociedades e o ambiente físico que ela habita dependem, em grande parte, de nosso grau de abertura à tradição de sentido que estamos inseridos. É a abertura à tradição que nos coloca frente a todas as possibilidades humanas e, desta maneira, nos põe em contato com o nosso futuro (Gadamer 1983, p. 101, citado por Grün, 1996).

O Desenvolvimento Sustentável, por fazer parte de um complexo sistema holístico, precisa estar em plena harmonia com o meio ambiente e com as forças produtivas, coexistindo de forma necessária, compatível e interdependentes a alta produtividade, a tecnologia moderna e o desenvolvimento econômico com um meio ambiente saudável.

A sustentabilidade é um processo contínuo de se obter iguais ou superiores condições de vida para as pessoas e seus sucessores, das próximas gerações. Porém, a sustentabilidade deve reconhecer a distinção de três áreas - social, econômica e ambiental – que se

integram, sendo um desafio para a política voltada ao desenvolvimento sustentável.

Os pontos de ruptura da relação homem-natureza questionam os paradigmas do conhecimento e os modelos societários da modernidade, a partir da defesa da necessidade de construir outra racionalidade social, numa orientação de novos valores e saberes, além de modos de produção sustentada em bases ecológicas e com significados culturais, guiados por novas formas de organização democrática (Leff, 1986).

Conforme Layrargues (1999), a Educação Ambiental, enquanto fator de conscientização e compreensão da complexa interação dos aspectos ecológicos que se misturam com questões políticas e econômicas, bem como sócio-culturais, deve ser priorizada dentro de um contexto que além de trabalhar pontualmente temas ambientais globais, que afetam todo o planeta. No entanto, o engajamento do cidadão e a percepção dos problemas ambientais locais são os primeiros passos para o sucesso de uma eficiente política que contemple os objetivos da Educação Ambiental.

A função sócio-ambiental da propriedade também está inserida no contexto do artigo 170, inciso VI da Constituição. A defesa do meio ambiente é erigida à categoria de princípio vinculante da ordem econômica para reforçar o compromisso de dar função social à propriedade e estimular ações positivas que tutelem a qualidade ambiental (Pinto, 2002).

A amplitude e a complexidade do problema ambiental leva, então, à proposta de uma nova ética, cuja base filosófica é a sobrevivência da espécie humana (e das outras espécies de organismos da biosfera) e, também, a uma preservação e restauração dos ecossistemas (Castellano & Chaudhry, 2000). O desenvolvimento sustentado envolve estratégias de longo prazo, em que a implantação de novos programas promova novas conceituações e interações entre a comunidade científica, o setor público, a iniciativa particular e a comunidade em geral.

4. MEIO AMBIENTE E CIDADANIA: UMA INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA

Segundo Leis (1995), a resolução da crise ecológica é difícil e complexa, já que os problemas ambientais são efeitos inesperados do modelo de desenvolvimento dominante, que aumenta dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada.

A exclusão social e política em que as pessoas são condenadas é apenas por uma falha de gestão, mas por falta de políticas públicas. Esta realidade é o produto da ação dos homens, domesticadora, em que eles mesmos, através da ação e reflexão sobre o estado do mundo, poderão transformá-la.

“Imagine que você se encontra absolutamente só numa ilha perdida no meio do oceano. Obviamente, sua preocupação será com a própria sobrevivência. Porém, quais serão seus direitos e deveres? Você pode ser considerado cidadão? Agora, imagine que surja um naufrago”. Portanto, há mais uma pessoa a dividir a ilha com você. Ou se inicia uma luta pela posse da ilha, correndo-se o risco de um eliminar o outro, ou se estabelece normas de convivência, pelas quais as obrigações são definidas. Entretanto, ser cidadão é o direito de as pessoas terem direitos e deveres.

A educação voltada para a formação e exercício da cidadania pressupõe valores individuais e coletivos que devem conduzir a uma nova ética global e à defesa da vida, mas pressupõe também, a criação e implementação de políticas públicas para a construção de uma sociedade democrática mais humana. Prepara, portanto, para o exercício da democracia participativa, para a responsabilidade social (Philippi Júnior et al., 2002).

No momento histórico em que vivemos, quando se respira ares de liberdade de expressão e de democracia, a discussão sobre direitos e deveres individuais e coletivos é de fundamental importância, porque se referem à cidadania.

Em relação aos direitos fundamentais para o homem, é proclamada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano – Estocolmo (1972), dentre os diversos incisos, que “la

protección y mejoramiento del médio humano es una cuestión fundamental que afecta al bienestar de los pueblos y al desarrollo económico del mundo entero, um deseo urgente de los pueblos de todo el mundo y um deber de todos los gobiernos” (Lago, 1986). Encontramos na Educação Ambiental uma possibilidade de motivar as pessoas a transformar a realidade local na defesa da qualidade de vida, onde relacionamos cidadania com pertencimento e Educação Ambiental como nova forma do homem relacionar-se com o mundo, com a natureza e com o próprio homem, possibilitando a participação para a construção de uma sociedade sustentável (Dias, 2000).

Todo ser humano é, na verdade, uma unidade que pensa, sente e age. A educação verdadeira, por conseguinte, tem de levar em conta a pessoa inteira e não apenas sua capacidade cognitiva. Neste contexto, educar é favorecer ao desenvolvimento e a expressão de sentimentos positivos (como o respeito à natureza); é coordenar a energia do ser humano para a ação responsável que recria a natureza, faz cultura e constrói a história (Castellano & Chaudhry, 2000).

Não se trata, portanto, de uma educação para a comunidade, mas com a comunidade, até porque no processo ensino-aprendizagem adequadamente estruturado a pessoa é sujeito não objeto da ação educativa.

O cidadão portador de direitos e deveres assegurados pela legislação precisa adquirir além do conhecimento e de atitudes, a busca pela ética, da equidade e da justiça de todos os seres vivos, indo de encontro com novas estratégias para a proteção do meio ambiente, para a gestão dos recursos naturais com sustentabilidade e para exigir o cumprimento de tais leis.

A Educação para a cidadania retrata uma nova ética norteada para um mundo mais harmônico, que depende da instauração de novos valores. O desenvolvimento social floresce nas sociedades participativas e democráticas, nas quais se promovem os direitos humanos e os cidadãos podem tornar-se os verdadeiros protagonistas das decisões que dizem respeito à sua própria vida. Participar do processo coletivo de transformação da sociedade, o indivíduo também estará se transformando.

O progresso deve integrar-se com a ordem econômica e os valores humanos, a fim de se tornar um "crescimento qualitativo", ou seja, um desenvolvimento com equidade, estabilidade e sustentabilidade ecológica. O crescimento econômico, particularmente no contexto de uma economia baseada na ciência, não pode ser separado do investimento em benefício do povo, das capacidades criativas e inovadoras da pessoa humana; do recurso primordial de toda a economia e de qualquer sociedade.

Complementando ainda, segundo Illich (1979), citado por Sachs (1986), uma das alternativas de desenvolvimento é o planejamento participativo, em que as pessoas expressem por si mesmas os objetivos do desenvolvimento e os relacionem a interesses nacionais mais amplos, considerando uma satisfação humana, em que o próprio planejamento deixa de ser uma foto parada no futuro, para tornar-se uma seqüência móvel de programas e ações, planejadas e executadas por aqueles estão diretamente interessados.

5. UM NOVO SÉCULO: UMA NOVA PERSPECTIVA ECONÔMICA EM ASCENSÃO?

O capitalismo global baseia-se no princípio de que ganhar dinheiro tendo precedência sobre todos os outros valores gera-se um ambiente econômico, social e cultural que não apóia a vida, mas a degrada, tanto no sentido social quanto no sentido ecológico.

E o que representa e de qual sistema econômico surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável?

Os valores econômicos são relacionados aos sociais, influenciando as atividades humanas, como a "substituição de uma floresta para plantação de borracha" (não confere os valores econômicos da floresta como um todo).

Ainda assim, os valores econômicos têm efeitos negativos sobre as atividades humanas, sendo expressos de maneira incorreta para expressar o progresso e desenvolvimento, através do PIB e da renda nacional. Entretanto, é preciso reformular a política, dando-se

ênfase aos indicadores sociais/ambientais, destacando que o esgotamento de recursos não é valorado e deduzido do PIB; deve-se reverter a situação, integralizando os reais valores da natureza. Da mesma forma, os valores sociais devem ser respeitados pelas instituições, a fim de fazerem valor de fato nas relações humanas, e destas, com a natureza.

A responsabilidade social observada em uma visão clássica destacava-se algumas características, como o compromisso com acionistas (lucro), trabalhadores (salário), governo (impostos) e comunidade (ações filantrópicas). Entretanto, numa visão contemporânea, a responsabilidade social empresarial é a capacidade desenvolvida pelas organizações de ouvir, compreender e satisfazer expectativas/interesses legítimos de seus diversos públicos.

O problema, portanto, não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, mas sim tentar harmonizar objetivos sócio-econômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades de crescimento (Sachs, 1986).

O crescimento tecnológico deve levar em conta, sem dúvida, o componente ambiental, e deve-se procurar uma conciliação permanente entre as duas tendências: o crescimento quantitativo e o crescimento qualitativo.

Nenhuma política ambiental terá resultado se os vários segmentos da sociedade não se responsabilizarem por ela, isto é, se não for permitido que todo homem se torne um verdadeiro cidadão com capacidade crítica, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade que possibilitem a participação ativa no gerenciamento das questões sociais, o que é tarefa de um processo de educação ambiental já discutido anteriormente.

De acordo com Demajorovic (2002), em uma análise perceptiva, pesquisas mostram que as diferentes atitudes sociais de uma empresa estimulam o consumismo por parte das pessoas, como a contratação de deficientes físicos (46%), a adoção de práticas efetivas de combate à poluição (27%), a manutenção de um excelente programa de atendimento ao consumidor (24%), a propaganda de

ética (23%) e o apoio à campanha de erradicação de trabalho infantil (22%). Os seres humanos estão, de forma inextricável, ligados à teia da vida em nosso planeta e mostra quão imperiosa é a necessidade de reorganizarmos o mundo segundo um conjunto de crenças e valores diferente (que não tenha o acúmulo de dinheiro por único sustentáculo) e isso não só para o bem-estar das organizações humanas, mas para a sobrevivência e sustentabilidade da humanidade como um todo (Capra, 2002).

As enormes carências e desigualdades sociais existentes em nosso país dão à responsabilidade social empresarial relevância ainda maior. A sociedade brasileira espera que as empresas cumpram um novo papel no processo de desenvolvimento: sejam agentes de uma nova cultura, sejam atores de mudança social, sejam construtores de uma sociedade melhor (Instituto Ethos, 2002).

Segundo o IPEA, de 445 mil empresas pesquisadas, 67% realizam algum tipo de atividade social para a comunidade, sendo especificamente 57% à assistência social, 39% à alimentação, 17% em investimento em segurança, 16% a esportes e 14% à educação.

Muitas empresas retratam a responsabilidade social perante às atividades de seu sistema, como o caso Klabin, na evolução da produção florestal de sua empresa, criando benefícios indiretos aos trabalhadores, que tornam suas condições de trabalho um ponto de destaque (além dos salários diretos, contam com uma série de benefícios). As comunidades rurais existentes na área de atuação da empresa contam com igreja, supermercado, farmácia, posto médico, água tratada e residências com fossa séptica (Bacha, 1996).

A Natura S/A, empresa de cosméticos e saúde, reconhece dentro de sua visão, o papel de agente de transformação da sociedade, tendo como missão "promover o bem estar bem". A percepção das dimensões de atuação da empresa forma surgindo ao longo de sua trajetória, atingindo a mobilização para a ação social, para a construção de um mundo melhor, possuindo até um comitê de meio ambiente. Na área social, cria e desenvolve programas para a comunidade, participação em associações e entidades (como o

Instituto Ethos e a Fundação Abrinq); fatos este que apontam a liderança no segmento de mercado (Borger, 2001).

No Vale do Ribeira do Iguape, uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo, a extração de ostras em uma comunidade era uma atividade familiar e predatória. No entanto, a Shell realizou um programa de ordenamento de ostras em Cananéia/SP, permitindo consolidar o trabalho de uma cooperativa, que instalou bancos de engorda e equipamentos, garantindo a produção das ostras (como fonte de renda para a população local em termos de desenvolvimento social), além de preservar o equilíbrio ambiental.

Ressalta-se ainda que a responsabilidade social é um campo novo na pesquisa acadêmica, implicando um grande potencial para pesquisas, reconhecendo-se também as dificuldades e os facilitadores para implantação desta; em que este conceito deva ser adotado por um número cada vez maior de empresas.

A importância de um programa social relaciona-se à preocupação ambiental, em que o homem deve ser incluído como meta maior, não podendo ser desconsiderado desta análise. Entretanto, deve-se ressaltar que a educação ambiental deve ser enfatizada em todos os níveis de trabalho (desde técnicos superiores a operários rurais), dando-se a atenção maior para uma possível diversificação de atividades agropecuárias, que poderiam fomentar a criação de empregos no campo.

A chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. Deve-se ressaltar que o desenvolvimento sustentado não é centrado na produção, e sim nas pessoas; precisa ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre, sendo equitativo, agradável (Dias, 2000). Tudo isto retrata o desenvolvimento socialmente sustentável, em que o desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano dependam dos recursos da Terra, que são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta, se forem manejados de forma eficiente e sustentada.

Devemos nos atentar para um novo progresso e não ficarmos concentrados simplesmente em indicadores econômicos que suplantem os ambientais, medidores da deterioração do planeta; precisamos sim reconhecer que a atual geração poderá afetar as futuras. "Não podemos comportar-nos como se não tivéssemos descendentes". A construção desta nova economia deve ser baseada na cooperação entre os povos (os mais ricos para com os mais pobres), a fim de que satisfaça as necessidades básicas de um mundo submerso, sem o qual não poderá ser possível um futuro sustentável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de sensibilização, consciência e conhecimento que envolve todo o processo de percepção ambiental presente na Educação Ambiental causam uma ação positiva que procura preservar o meio ambiente, o que gera conseqüentemente um menor nível de impacto ambiental e uma melhor qualidade de vida para a comunidade, a caminho de uma nova era de crescimento econômico.

O grande desafio que se apresenta ao século XXI é o de promover a mudança do sistema de valores que atualmente determina a economia, chegando-se a um sistema compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica, para que possamos estar num mundo em que as nações; tanto ricas como pobres, possam compartilhar a riqueza que cada uma delas possui, e não somente os bens como recursos econômicos, mas no seu pleno sentido humano, cultural e espiritual.

Nesse sentido, devemos vivenciar o mundo com uma nova visão para um novo futuro, em que novas situações sejam solucionadas através de uma renovação pessoal, transcendental, com um caráter cooperativo entre os povos, numa ética despertada por o novo milênio.

Assim, para que todos almejem uma sociedade sustentável, é preciso reavaliar os valores sociais, bem como reformar o sistema tributário econômico em sua informação. A participação comunitária é fundamental para o desenvolvimento, juntamente com a

colaboração, através de uma reforma, das instituições sociais e de informação, o que constitui um grande desafio para todos nós.

O gerenciamento sócio-ambiental é um desafio complexo que exige uma mudança de atuação das empresas, sendo também uma ferramenta de competitividade para as organizações para a nova fase da economia. A tarefa do planejador consiste em harmonizar interesses sócio-econômicos, ecológicos e culturais, que defina uma estratégia de ecodesenvolvimento, conseguindo um equilíbrio de princípio ético intimamente ligados à solidariedade com todos os homens de nossa geração e com as gerações futuras.

Precisamos de um novo rumo, "uma nova bússola", fundamentada na sustentabilidade. Temos a esperança de um novo mundo – já transformado com algumas mudanças de padrões e atitudes – em que sabemos o que pode ser mudado, o que precisa ser feito; resta-nos aceitar este grande desafio para que o progresso (em todos os sentidos) possa continuar por várias gerações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHA, C.J.C. **O uso sustentável de florestas: o caso Klabin.** In: LOPES, I.V. et al. **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BORGER, F.G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** São Paulo: USP, 2001. 258 p (Tese de Doutorado em Administração – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP).
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.
- CASTELLANO, E.G.; CHAUDRY, F.H. **Desenvolvimento sustentado: problemas e estratégias.** São Carlos: EESC-USP, 2000. 347 p.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e a evolução das abordagens de gestão ambiental.** São Paulo: USP, 2002 (Tese de Doutorado em Gestão Ambiental – USP).

- DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**- 6ª ed. Ver.e.ampl. pelo autor – São Paulo: Gaia, 2000.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papyrus, 1996. 120 p.
- Instituto Ethos. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial: responsabilidade social no Brasil, 2002**. Disponível na internet: <http://www.institutoethos.com.br>. Acesso em: 22 Jun 2003.
- LAGO, P.F. **A consciência ecológica: a luta pelo futuro**. Florianópolis: Ed UFSC, 1986. 200 p.
- LAMA, D. **A sociedade moderna e a busca da felicidade**. In: Uma ética para o novo milênio. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 145 p.
- LAYRARGUES, Ph. P. "A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?" In: REIGOTA, M. (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.
- LEFF, E. **Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo XXI, 1986.
- LEIS, H. R. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PHILIPPI JÚNIOR et al. **Meio Ambiente, direito e cidadania**. São Paulo: USP: Signus, 2002.
- PINTO, T.R.F.G. **Direitos humanos e gestão ambiental das empresas no Brasil contemporâneo**. Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano 10, Volume 20, p. 179-231, jul./dez. 2002.
- PIRES DO RIO, G.A. **Gestão ambiental: uma avaliação das negociações para a implantação da ISO 14000**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1996. 24 p (Série Estudos e Documentos, 33).
- PROOPS, J. **Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável**. In: CAVALCANTI, C. São Paulo, 1997.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986. 207 p.

SZÉKELY, M.; HILGERT, M. **What's behind the inequality we measure?** An Investigation Using Latin American Data. Working Paper Series n. 409, Research Department, Inter-American Development Bank, Washington, DC., Estados Unidos, 1999.

Recebido para publicação em 30 de abril de 2004.

Aceito para publicação em 20 de novembro de 2004.

